



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**CAMPO GRANDE/MS**  
**MARÇO/2012**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

***PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL***  
***RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011***

*Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).*

**CAMPO GRANDE/MS**  
**MARÇO/2012**

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

*CGU – Controladoria-Geral da União*  
*COGER/DPF – Corregedoria Geral (Sede/Brasília)*  
*CTI/DPF – Coordenação de Tecnologia da Informação (Sede/Brasília)*  
*DN – Decisão Normativa*  
*DPF – Departamento de Polícia Federal*  
*IN – Instrução Normativa*  
*IPL – Inquérito Policial*  
*LOA – Lei Orçamentária Anual*  
*n/a – não aplicável*  
*n/d – não disponível*  
*PAC – Programa de Aceleração do Crescimento*  
*PIB – Produto Interno Bruto*  
*Port. – Portaria*  
*PPA – Plano Plurianual*  
*RG – Relatório de Gestão*  
*SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais*  
*SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal*  
*SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos*  
*SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento*  
*TCU – Tribunal de Contas da União*  
*UG – Unidade Gestora*  
*UJ – Unidade Jurisdicionada*  
*UO – Unidade Orçamentária*

*SR – Superintendência Regional*  
*SR/DPF/MS – Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul*  
*DPF/DRS – Delegacia de Polícia Federal em Dourados/MS*  
*DPF/CRA – Delegacia de Polícia Federal em Corumbá/MS*  
*DPF/PPA – Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS*  
*DPF/NVI – Delegacia de Polícia Federal em Naviraí/MS*  
*DPF/TLS – Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas/MS*

## ***LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS***

Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual .....	14
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ .....	18
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....	24
Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200354.....	25
Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200355.....	25
Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200354.....	26
Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200355.....	26
Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200354.....	26
Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200355.....	27
Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG - 200354 .....	31
Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - UG - 200355.....	31
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	32
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12 .....	32
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) .....	33
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12 .....	33
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	33
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro .....	34
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 ...	34
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....	35
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva ....	36
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	36
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....	38
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	39
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	41
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ .....	42
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	43
Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) .....	44

## SUMÁRIO

<b>ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL .....</b>	<b>14</b>
<b>2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>15</b>
2.1) Responsabilidades institucionais.....	15
2.1.1) Competência institucional.....	15
2.1.2) Objetivos estratégicos .....	16
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	16
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida. ....	16
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão. ....	17
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade .....	18
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	18
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ .....	18
2.3.2.1) Ação 2000 - Administração da Unidade (R\$ 8.005.883,62 – 70,81%).....	18
2.3.2.2) Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União (R\$ 2.334.640,47 – 20,65 %) .....	19
2.3.2.2.1) DREX e DRCOR.....	19
2.3.2.2.2) SETEC.....	21
2.3.2.3) Ação 12OM - Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014 (R\$ 309.000,00 – 2,73 %).....	22
2.3.2.4) Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal (R\$ 295.488,60 – 2,61 %).....	22
2.3.2.5) Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública (R\$ 202.935,30 – 1,79 %).....	23
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	24
2.4.1) Programação orçamentária da despesa.....	24
2.4.2) Programação de Despesas Correntes .....	24
2.4.3) Programação de Despesas de Capital.....	24
2.4.3.1) Quadro Resumo da Programação de Despesas .....	24
2.4.3.2) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....	24
2.4.4) Execução Orçamentária da Despesa .....	25
2.4.4.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	25
2.4.4.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação .....	25
2.4.4.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação .....	25
2.4.5) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação .....	26
2.4.6) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação .....	26
2.4.7) Indicadores Institucionais.....	27
2.4.7.1) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais.....	28
2.4.7.2) Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais .....	29
2.4.7.3) - Evolução % de gastos dos contratos .....	30
2.4.7.4) - Projeção Estimada dos gastos contratuais .....	30
2.4.7.5) - Superávit ou déficit contratual no exercício.....	30

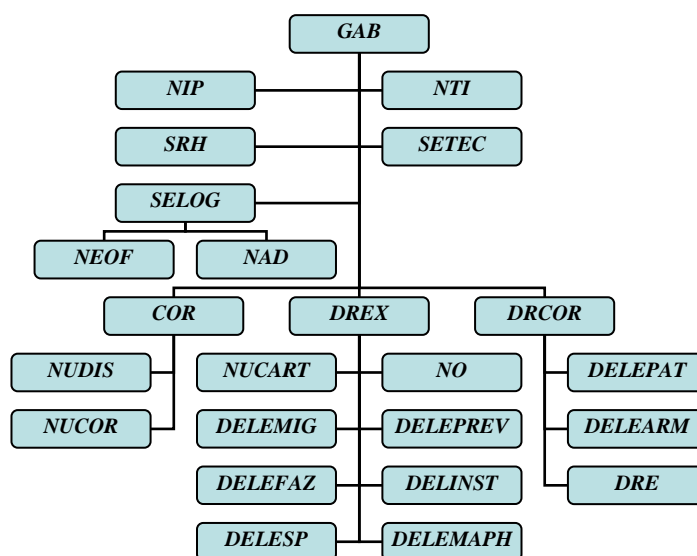
<b>3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS .....</b>	<b>31</b>
3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	31
<b>4. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....</b>	<b>31</b>
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	31
4.2) Análise Crítica.....	31
<b>5. RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>32</b>
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos .....	32
5.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada .....	32
5.1.2) Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada .....	32
5.1.3) Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada .....	33
5.1.4) Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade .....	33
5.1.5) Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade..	33
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	34
5.2.2) Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada .....	34
5.3) Composição do Quadro de Estagiários .....	34
5.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada .....	35
5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	35
5.5.1) Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão .....	35
5.5.2) Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados .....	35
5.5.3) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade .....	36
5.5.4) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	36
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	37
<b>6. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA. ....</b>	<b>38</b>
6.1) Instrumentos de transferências vigentes no exercício .....	38
6.2) Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.....	38
6.3) Análise Crítica.....	38
<b>7. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV .....</b>	<b>38</b>
<b>8. INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS .....</b>	<b>38</b>
8.1) Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93 .....	38
8.2) Análise Crítica .....	38
<b>9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO .....</b>	<b>39</b>
9.1) Estrutura de controles internos da UJ .....	39
<b>10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>39</b>
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	39
<b>11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....</b>	<b>41</b>
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial .....	41
<b>12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>43</b>
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI) .....	43

<b>13. UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL .....</b>	<b>43</b>
13.1) Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo .....	43
13.1.1) Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício .....	43
13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade .....	44
<b>14. Informações sobre as Renúncias Tributárias .....</b>	<b>44</b>
<b>15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO .....</b>	<b>44</b>
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício .....	44
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício .....	44
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício .....	44
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício .....	45
<b>16. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO .....</b>	<b>45</b>
<b>17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA .....</b>	<b>45</b>
17.1) Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis .....	45
<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>47</b>
<b>ANEXO I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010..</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO II - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010 .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO III – ESTATÍSTICA DE EXECUÇÃO DA DREX .....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO IV – ESTATÍSTICA DE EXECUÇÃO DA DRCOR .....</b>	<b>55</b>

## ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul está estruturada em seis Unidades Operacionais, quais sejam: Sede da Superintendência e cinco Delegacias de Polícia Federal em Corumbá, Dourados, Naviraí, Ponta Porã e Três Lagoas.

O organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009) para a SR/DPF/MS é o seguinte:



Superintendência Regional:

- a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos – SRH;
- d) Setor Técnico-Científico – SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG:
  1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF;
  2. Núcleo Administrativo – NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva – DREX:
  1. Núcleo de Cartório – NUCART;
  2. Núcleo de Operações – NO;
  3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
  4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
  5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
  6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;
  7. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
  8. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
- g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR:
  1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT;
  2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM;
  3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR:
  1. Núcleo de Disciplina – NUDIS; e
  2. Núcleo de Correições – NUCOR



## INTRODUÇÃO

O Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados nas partes A (itens 1 a 16) e B (item 1) do Anexo II da DN-TCU nº 108/2010, ou seja: informações gerais de identificação, planejamento e gestão orçamentária, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos, informações sobre restos a pagar, recursos humanos, transferências, declaração referente a contratos e convênios constantes no SIASG e SICONV, declaração relacionada à entrega de declarações de bens e rendas, informações quanto ao sistema de controle interno e sustentabilidade ambiental, gestão do patrimônio imobiliário e da tecnologia da informação, informações quanto ao uso dos cartões de pagamento do governo federal e quanto a determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo, além de declaração do contador responsável.

A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 108/2010, consta no Anexo I do presente Relatório de Gestão.

Os itens 14 e 17 da parte A, os itens 2 a 5 da parte B e as partes C e D do anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens 3, 15 e 16 do anexo II da DN TCU nº 108/2010, apesar de aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul está estruturada em seis Unidades Operacionais: Sede da Superintendência em Campo Grande, e cinco Delegacias de Polícia Federal em Corumbá, Dourados, Naviraí, Ponta Porã e Três Lagoas.

O Estado de Mato Grosso do Sul faz divisa com os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, e fronteira com dois países, Bolívia e Paraguai, países conhecidos como produtores de cocaína e maconha, respectivamente, cujo fator demanda especial atenção aos trabalhos de repressão ao tráfico de entorpecentes, bem como ao contrabando, descaminho e tráfico de armas e munições.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

### **Principais realizações da gestão no exercício:**

a) Otimização da relação Inquéritos Instaurados – Inquéritos Relatados, através da diminuição da quantidade de inquéritos policiais em andamento, em relação ao encerramento do exercício de 2010, no âmbito da SR/DPF/MS e suas descentralizadas. Em 2011, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, o ano foi encerrado com 1.653 inquéritos policiais em andamento. Em 2010, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, o ano foi encerrado com 1.848 inquéritos policiais em andamento.

b) Superação das apreensões de Maconha, em relação ao exercício de 2010 no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas. Em de 2010, foram apreendidos 35.662.637,48 gramas de maconha. Em 2011, foram apreendidos 58.315.567,22 gramas.

c) Superação das apreensões de Cocaína, em relação ao exercício de 2010 no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas. Em de 2010, foram apreendidos 3.151.926,73 gramas de cocaína. Em 2011, foram apreendidos 3.338.228,77 gramas.

d) Superação do quantitativo de armas apreendidas em relação ao exercício de 2010 no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas. Em de 2010, foram apreendidas 235 armas. Em de 2011, foram apreendidas 568 armas.

e) Superação do quantitativo de munições apreendidas em relação ao exercício de 2010 no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas. Em de 2010, foram apreendidas 29.111 munições. Em de 2011, foram apreendidas 31.737 munições.

f) Dar continuidade a realização de eventos de aprimoramento dos servidores no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas, através da realização de cursos, palestras e simpósios: 1. Gestão de Frotas de Veículos; 2. Curso de BrOffice com Digitação de Redação Oficial; 3. Curso de Chaveiro e Abertura de Carros; 4. Licitações, Contratos Administrativos e a Figura do Fiscal; 5. Aposentadoria e Pensões no Setor Público; 6. Sistema AFIS Básico; 7. Aperfeiçoamento Profissional para a Classe Especial; 8. Segunda fase presencial do curso de Especialização de Ciência Policial e Inteligência; 9. VII Curso COT; Curso Preparatório para COT; 10. Operador de Cão Detector de Drogas; 11. III Curso de Professor de Abordagem; 12. IV Curso de Gerenciamento e Negociação em Crises; 13. Formação de Professores de Orientação e Navegação Terrestre; 14. Atualização de Professores de Defesa Pessoal Policial; 15. IV Curso de Formação de Professores de Abordagem; 16. Operação com Taser em Segurança de Dignitários e Técnicas para Grandes Eventos.

g) Realizadas gestões junto a DLOG/DPF com vistas a elaboração de projeto básico e executivo visando a construção da nova Delegacia de Ponta Porã/MS, sendo que tal demanda já se encontra Licitada e contratada através da SEDE/DPF/BSA.

h) Realizadas gestões junto a DLOG/DPF com vistas a elaboração de projeto básico e executivo visando a construção da nova Delegacia de Corumbá/MS, sendo que tal demanda já se encontra Licitada e contratada através da SEDE/DPF/BSA.

i) Reuniões periódicas com as Chefias de todos os Núcleos, Setores e Delegacias da Regional e de suas descentralizadas, com o objetivo de promover a permanente padronização de ações e procedimentos.

j) Realização periódica de visitas institucionais aos demais Órgãos das esferas federal e estadual, e realização de reuniões, com o objetivo de otimização dos relacionamentos institucionais, de modo a facilitar o desenvolvimento de ações conjuntas.

l) Desenvolvimento da Operação Sentinela-MS – trata-se de operação de caráter permanente, desenvolvida sob a égide da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, e executada no âmbito desta Superintendência. Desenvolvida mediante o

emprego de parcela significativa do efetivo desta Regional e dos recursos financeiros destinados a esta UJ, a Operação Sentinela-MS é de extrema relevância para a sociedade. O operativo integra a Política de Segurança Pública do Governo Federal, com vistas a prevenir e reprimir, em especial, o tráfico de entorpecentes e de armas/munições através da faixa de fronteira, não só em Mato Grosso do Sul, como também ao longo de toda a extensão oeste do território brasileiro.

m) Desenvolvimento da Operação Segurança-MS – também desenvolvida mediante o emprego de parcela significativa do efetivo desta Regional e dos recursos financeiros destinados a esta UJ, trata-se de operação de caráter permanente, desenvolvida sob a égide da Divisão de Segurança de Dignitários da Polícia Federal, e executada no âmbito desta Superintendência., cujo operativo é desenvolvido com vistas a proporcionar segurança física a magistrado federal em Mato Grosso do Sul.

n) Desenvolvimento de Operativos Decorrentes de Conflitos Agrários – ao longo das últimas décadas vem sendo cada vez mais constantes os eventos envolvendo a disputa por terras entre o agronegócio e as comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul. Tal questão merece especial atenção por parte dos Órgãos de Segurança Pública, demandando, por parte desta Polícia Judiciária da União atuação permanente, de caráter preventivo, de caráter repressivo, de cunho investigativo, e cumprimento de ordens judiciais decorrentes das contendas jurídicas. Também neste aspecto, ainda que pese o emprego de parcela significativa do efetivo desta Regional e dos recursos financeiros destinados a esta UJ, tais ações de polícia judiciária são de extrema relevância por seu caráter mantenedor da ordem jurídica.

#### **Principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ:**

a) Recursos Humanos: a questão relacionada a recursos humanos em Unidades da Polícia Federal nos Estados das regiões Norte e Centro-Oeste, notadamente nas áreas de fronteira, demonstra um histórico de escassez. O último concurso realizado para o preenchimento de vagas na Polícia Federal priorizou a lotação inicial nessas Unidades, com o objetivo de reforçar o poderio do Estado, especialmente nas regiões fronteiriças, no que concerne a recursos humanos. Contudo, passados mais de dois anos, tal problemática volta à tona, sendo que a situação é agravada no que concerne ao quadro de servidores da área-meio (servidores administrativos), sendo que o último certame público para a contratação de novos servidores administrativos ocorreu no ano de 2004.

b) Contingenciamento de recursos orçamentários: decorrentes dos esforços do governo federal com vistas ao equilíbrio das contas públicas, os seguidos contingenciamentos orçamentários vêm demandando, por parte dos gestores, a adoção de medidas capazes de compatibilizar os recursos disponíveis com as demandas resultantes das atribuições constitucionais afetas a Polícia Federal, inclusive mediante o estabelecimento de cotas de gastos por área de custeio (diárias, combustíveis, manutenção de viaturas). Ocorre que os gastos exigidos para a viabilização das atividades da Polícia Judiciária da União, não permanecem adstritos exclusivamente às metas estipuladas pelo Órgão. Fatores externos e inopinados exigem o emprego do aparato policial, e sempre mediante realização de novas despesas. Para tanto, é necessário o emprego cada vez maior de novos mecanismos, sistemas informatizados e rotinas procedimentais, com vistas ao cumprimento de tais demandas, sem, contudo, deixar de ser observada a limitação orçamentária

estipulada, fator que demanda aumento de volume laboral, em contraponto a diminuição anual do efetivo disponível.

**Planos e projetos para o exercício seguinte:**

- a) construção da nova Sede da Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS.
- b) construção da nova Sede da Delegacia de Polícia Federal em Corumbá/MS.
- c) dar prosseguimento às gestões em trâmite junto à Direção-Geral da Polícia Federal, de modo a propiciar a continuidade e ampliação dos serviços contratados por esta Unidade Gestora, bem como a viabilização de reformas necessárias a adequação das instalações desta Sede Regional e das respectivas descentralizadas.
- d) continuidade e aprimoramento de medidas com vistas ao processo de aumento da quantidade de inquéritos relatados, de modo a promover a constante diminuição da respectiva demanda reprimida no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas.
- e) continuidade e aprimoramento de medidas com vistas ao processo de diminuição da demanda reprimida de Laudos Periciais pendentes de conclusão.
- f) continuidade e aprimoramento de ações preventivas e repressivas no combate ao tráfico de entorpecentes, de armas e munições.
- g) continuidade ao processo de aprimoramento dos servidores no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas.
- h) dar continuidade a sistemática de realização de reuniões periódicas com as Chefias de todos os Núcleos, Setores e Delegacias da Regional e de suas descentralizadas.
- i) dar continuidade a sistemática de realização de reuniões periódicas com o efetivo da Regional e das descentralizadas.
- j) Manter o estreitamente das relações com os demais Órgãos das esferas federal e estadual.

# 1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

## Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça			<b>Código SIORG:</b> 316
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul			
<b>Denominação abreviada:</b> SR/DPF/MS			
<b>Código SIORG:</b> 1144	<b>Código LOA:</b> N/A		<b>Código SIAFI:</b> 200354
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública			<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(067) 3368-1101	(067) 3368-1155	(067) 3368-1100
<b>E-mail:</b> gab.srms@dpf.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS, CEP 79110-503			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<b>Criação:</b> Dec. 77.649, de 19/05/76 - DOU. 097, de 24/05/76			
<b>Transformada</b> em Superintendência pelo: Dec. 70.665, de 02/06/72 - DOU. 104, de 05/06/72			
<b>Atribuições e competências:</b> Art. 144 da Constituição Federal;			
<b>FUNAPOL:</b> Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<b>Estrutura:</b> Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.			
<b>Regimento Interno:</b> Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009, publicada no D.O.U. nº 225, de 25 de novembro de 2009; Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As informações e orientações sobre os serviços oferecidos pela unidade se encontram disponíveis na página <a href="http://www.dpf.gov.br">www.dpf.gov.br</a> .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
200354	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul		
200355	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (FUNAPOL)		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
00001	Tesouro Nacional		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
200354		00001	
200355		00001	

## **2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **2.1) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

#### *2.1.1) COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL*

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias despesas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas no artigo 144 da Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório; Controle de Armas; Controle de Empresas de Segurança Privada; Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes; Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras; Identificação Criminal e Civil; Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório, Serviço de Estatística Criminal, Controle de Conflitos Fundiários, Representação Externa – INTERPOL, e de Proteção à Testemunhas.

Assim, a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, do estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.” Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança

pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os Estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

### *2.1.2) OBJETIVOS ESTRATÉGICOS*

Os objetivos estratégicos da Polícia Federal consubstanciam o Plano Estratégico 2010/2022, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico da Polícia Federal, aprovados através PORTARIA N<sup>o</sup> 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010.

No âmbito regional, considerando que em 2012 teremos um ano eleitoral, temos o objetivo estratégico especial a área de defesa institucional, no que concerne a prevenção e repressão a crimes eleitorais, não obstante o permanente cuidado com as questões que envolvem o permanente combate ao tráfico de entorpecentes, armas, munições, aos crimes contra o Meio Ambiente, crimes financeiros, corrupção e crimes de desvio de dinheiro público.

Neste contexto, o órgão possui ainda como estratégia, a criação do Serviço de Repressão a Desvio de Recursos Públicos, repercutindo na criação das Delegacias de Repressão a Crimes Financeiros e Desvio de Recursos Públicos nas Superintendências Regionais.

Importante destacar a continuidade das operações de caráter permanente desenvolvidas no âmbito desta Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul: a) Operação Sentinela-MS, já apresentada no tópico “Principais realizações da gestão no exercício”, letra “l”; b) Operação Segurança-MS, objeto disposto no tópico “Principais realizações da gestão no exercício”, letra “m”; c) Operativos Decorrentes de Conflitos Agrários, descrito no tópico “Principais realizações da gestão no exercício”, letra “n”.

Outra ação inserida nos objetivos estratégicos desta Regional ao longo de 2012. Trata-se de ações conjuntas e em apoio ao Ministério da Agricultura, com vistas a prevenir e reprimir, em especial, a entrada ilegal de bovinos no território brasileiro, trazidos dos países vizinhos, Paraguai e Bolívia, de modo a evitar a ocorrência de focos da febre aftosa nos rebanhos nacionais. Em meados da década passada, em decorrência de focos de febre aftosa detectados nos rebanhos sul-matogrossenses, sobre o País, e em especial sobre o Mato Grosso do Sul, se abateu intensa crise na economia, já que países consumidores da carne aqui produzida suspenderam suas importações. Tal fator, somado, evidentemente às questões afetas à saúde pública, consubstanciam a extrema relevância de tais medidas por parte do Estado.

## **2.2) ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

### *2.2.1) ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA.*

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição, a Superintendência de Mato Grosso do Sul vem atuando mais notadamente na repressão ao tráfico de drogas, armas e munições, bem como na solução pacífica das questões agrárias envolvendo as demandas das comunidades indígenas.

Cabe salientar, que na questão repressão ao tráfico de entorpecentes esta regional atingiu marca histórica na apreensão de cocaína (3,3 toneladas).

*2.2.2) ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO A QUE SE REFERIR O RELATÓRIO DE GESTÃO.*

A partir da indicação dos objetivos estratégicos apresentados pela Direção-Geral do DPF, a gestão desta Regional manteve reuniões com as chefias visando indicar as melhores práticas para alcançar aqueles objetivos.

Vem sendo mantida a integração entre o Estado Brasileiro e os países vizinhos Paraguai e Bolívia, limítrofes ao Estado do Mato Grosso do Sul. Nesse sentido os acordos firmados entre o Brasil e o Paraguai, visando cooperação técnica, troca de informações e operativos conjuntos, inclusive com agentes de enlaces atuando em ambos os Estados, além do acordo internacional com a Bolívia, nos mesmos moldes, repercutiram de forma plenamente positiva.

Outra estratégia mantida e que merece destaque é a atuação da área de inteligência policial. Como medida subsequente a reestruturação dos núcleos de inteligência e instalação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado – CICOR, que abriga todas as unidades de inteligência em um único local, visando otimizar meios lógicos, estruturais e de pessoal, foram realizados estudos e reuniões com vistas a padronização dos procedimentos nessa área de atuação.

Tais medidas redundam em benefícios, e por vezes na otimização de toda a atividade-fim da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, cujo plano de ação é plenamente positivo e eficiente face aos objetivos delineados.



## 2.3) PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

### 2.3.1) EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Conforme orientação contida no anexo único da Portaria-TCU nº 123/2010 “o quadro A.2.1 somente deve ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA)”, o que não é o caso desta SR/DPF/MS, haja vista sua atuação apenas como executora das ações contidas nos programas de governo, recebendo recursos por descentralização.

Além disso, as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA se referem a todo o DPF, não havendo por parte da Sede sua regionalização. Desta forma, a execução das ações realizadas pela UJ está apresentada, de forma individualizada, no item 2.3.2.

### 2.3.2) EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação <sup>1</sup>	Prioridade <sup>2</sup>	Unidade de Medida <sup>3</sup>	Meta <sup>3</sup> prevista	Meta <sup>3</sup> realizada	Meta <sup>3</sup> a ser realizada em 2012
200354	05	811	0181	20CI	A	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	06	122	0750	2000	A	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	06	181	1127	12OM	P	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	06	422	1453	8375	A	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	09	272	0089	0181	OP	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	14	122	0750	2000	A	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
200355	06	122	0750	2000	A	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	06	125	0662	2679	A	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	06	128	0662	4572	A	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	06	181	0662	2586	A	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	06	181	0662	2726	A	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	06	181	1353	8979	A	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	06	183	0662	2720	A	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d

Fonte: Siafi Gerencial – esta UJ não tem acesso ao SIGPLAN

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento, 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

<sup>3</sup> A UJ opera apenas como executora das ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constantes no SIGPLAN se referem a todo DPF, sendo acompanhadas pelo Gerente Executivo do seu respectivo Programa, as quais constarão em Relatório específico do Órgão Central.

São seis as principais ações executadas pela SR/DPF/MS, cujo montante representa 98,5% do total empenhado no exercício, estando a seguir analisadas.

#### 2.3.2.1) Ação 2000 - Administração da Unidade (R\$ 8.005.883,62 – 70,81%)

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo com a finalidade de proporcionar apoio adequado aos trabalhos da atividade operacional da Polícia Federal. A ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos desta Regional.

Os controles orçamentários e administrativos implementados em 2010 foram melhorados, sendo ainda iniciada a implantação de padrões de procedimentos denominados Processos de Trabalho.

No que se refere às dotações orçamentárias destinadas a esta UG verifica-se que são insuficientes tendo em vista as atividades que a Polícia Federal tem que desenvolver. Os contingenciamentos realizados pelo Governo Federal, mais especificamente os decorrentes do Decreto 7446/2011, dificultaram muito a realização de reformas e obras solicitadas à Sede. Estes fatos terminam impactando de forma negativa nas atividades operacionais principalmente nas fronteiras com o Paraguai e Bolívia.

### **2.3.2.2) Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União (R\$ 2.334.640,47 – 20,65 %)**

Esta ação, constante do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade – representa, basicamente, os gastos com diárias policiais, principal gasto direto na atividade policial. Em decorrência da edição do Decreto n. 7446/2011 e dos cortes por ele implementados, houve grande movimentação administrativa no sentido de se criarem controles efetivos para o atendimento das restrições impostas.

No primeiro semestre foram reduzidas drasticamente tais despesas, entretanto no segundo semestre houve um aporte adicional de recursos, que não era esperado, o que ajudou a dar um andamento mais adequado às demandas da sociedade.

A operacionalização das ações policiais é realizado pelas Delegacia Regional Executiva (DREX) e Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado (DRCOR), com apoio técnico do SETEC.

#### *2.3.2.2.1) DREX e DRCOR*

O ano de 2011, no que diz respeito à gestão da Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul, contou com fato bastante significativo, referente às trocas de comando de sua cúpula, ocorridas no meio do ano, o que, por si só, já causa considerável impacto na continuidade dos projetos em curso, por mais afinidade que haja entre os sucessores e os sucedidos, além de natural apreensividade por parte do efetivo da regional.

Para minorar tais impactos, o Delegado Regional Executivo substituído teve a oportunidade de permanecer juntamente com o substituído por período considerável, antes da efetivação da transição, o que permitiu, ainda que minimamente, a transmissão do conhecimento acerca das rotinas e procedimentos afetos à Delegacia.

Após a assunção do cargo, o DREX e o DRCOR realizaram diversas reuniões com os servidores, tanto em conjunto, quanto individualmente, visando o conhecimento mútuo, bem como das rotinas de cada setor e respectivas problemáticas. Em tais reuniões, principalmente naquelas havidas com as chefias, teve início o reprojeto dos processos existentes e o alinhamento às novas diretrizes da Administração quanto às atividades das especializadas.

O contingenciamento de recursos estabelecido pelo Governo Federal, notadamente pelo Decreto nº 7446, de 1º de março de 2011, impactou sobremaneira a efetivação de missões que demandassem gastos extraordinários, missões de caráter urgente, como por exemplo aquelas

referentes à problemática indígena, deveras recorrente no Mato Grosso do Sul, bem como aquelas que demandassem deslocamentos, quer seja dentro do próprio Estado, quer seja para fora dele. Ressalte-se que, tais cortes orçamentários, repercutiram também nos meios materiais para a consecução das missões, tais como os valores relativos a combustíveis e manutenção de viaturas.

Apesar do quadro citado, o estabelecimento de reprojatos dos processos de trabalho, com a visualização de seus fluxogramas, a identificação dos pontos de gargalo e das oportunidades de melhoria e com a implementação das necessárias correções e seu constante acompanhamento, permitiram a minimização de eventuais impactos negativos nas atuações de polícia judiciária e administrativa.

Outra problemática já observada em anos anteriores e que recrudescer no ano de 2011 se refere à carência de efetivo diante da complexa e significativa gama de atribuições cometidas à Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, ao que se soma as necessidades de atendimento às operações permanentes. Assim, foram procedidos remanejamentos de pessoal, notadamente com a reestruturação do efetivo da DREX e DRCOR. Servidores do NO/DREX foram distribuídos entre a DELEMIG e a DELESP/DREX/SR/DPF/MS. Ainda com relação ao NO/DREX, foi solicitada e atendida pelo SELOG/SR/DPF/MS a sua readequação física, tornando-o setor apartado dos demais, medida que possibilitou maior segurança, principalmente documental, uma vez que, a partir disso, somente passaram a ter acesso ao NO/DREX os servidores ali lotados.

Também com foco no aumento da segurança documental e conseqüente aumento qualitativo nos controles, foi solicitada a readequação física da SEC/DREX, medida que contou com o apoio do SELOG e do NTI. Ressalte-se que a referida mudança, além de proporcionar os benefícios já citados, proporcionou também maior salubridade aos servidores do setor, uma vez que passaram a ocupar sala com janelas. Assim, de certa forma, foi possível absorver o aumento da carga de trabalho referente ao “RECRUTAMENTO/SR/DPF/MS”, que, até a gestão anterior, era administrado no âmbito do GAB/SR/DPF/MS.

Com relação à “ala de contenção provisória”, de responsabilidade e administração do NO/DREX, ainda que com o auxílio de Agente Penitenciário, disponibilizado pelo Presídio Federal de Campo Grande, foram diversas as vistorias efetivadas, tanto pela Justiça quanto pelo Ministério Público, visitas estas que apontaram algumas circunstâncias julgadas inadequadas, cujas superações foram alcançadas com o apoio do SELOG/SR/DPF/MS. Desse modo, foram adquiridos colchões novos e de boa qualidade, foi providenciada iluminação adequada para as celas e ainda um sistema de exaustão que permite a constante renovação do ar local. Uma vez implementadas tais medidas, os relatórios de vistorias passaram a não mais fazer constar quaisquer observações negativas.

Buscando o alinhamento às novas normatizações do Regimento Interno do DPF, que viria, o DRCOR buscou incrementar o nível operacional da Superintendência e suas descentralizadas, estimulando as atividades de todas as delegacias especializadas da SR, mesmo aquelas que ainda permaneciam sob a coordenação da DREX/SR/MS.

No tocante às atividades policiais, tanto judiciárias, quanto administrativas, não obstante os relatórios elaborados pelas Delegacias especializadas, merecem destaque, tendo em vista suas repercussões, até internacionalmente, a Operação Jaguar II, de repressão à caça predatória da onça do Pantanal, coordenada pela Delegacia de Corumbá, apoiada pela

DELEMAPH/DREX/SR/DPF/MS, a Operação Caiman, de repressão à comercialização clandestina de carne de jacaré, coordenada pela DELEMAPH e a operação denominada “Marco 334”, que contou com o apoio da DELEFAZ/DREX/SR/DPF/MS, notadamente no recrutamento, desencadeada na circunscrição da Delegacia de Naviraí, voltada à repressão ao contrabando de cigarro e que contou com efetivos dos Estados de São Paulo e Paraná, além de policiais do próprio Mato Grosso do Sul. Operação semelhante foi desenvolvida na circunscrição da Delegacia de Guaíra/PR, contando com o emprego de recursos materiais e humanos do Mato Grosso do Sul..

Some-se as significativas apreensões de drogas e cargas de cigarros pelas delegacias do interior, notadamente Dourados e Naviraí, as diversas missões desempenhadas pela DELINST/DREX/SR/DPF/MS envolvendo questões indígenas, fundiárias, de repressão ao trabalho escravo e de repressão ao ódio e pedofilia, principalmente por meio da internet, bem como as atividades da DELEMIG/DREX/SR/DPF/MS, no Aeroporto Internacional de Campo Grande, relativas à repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes, destacando-se a rota Campo Grande – Manaus, e à internação clandestina de estrangeiros egressos de voos com destino ao exterior, com escala nesta cidade. Ressalte-se também, quanto a esta última Delegacia, trabalho realizado na cidade de Campo Grande voltado à fiscalização dos chamados “malabares”, estrangeiros, no mais das vezes em situação irregular no país, localizados nos pontos de semáforo da cidade.

Os resultados alcançados pelas diversas delegacias e setores vinculados à DREX e DRCOR estão apresentados nos Anexos III e IV.

#### 2.3.2.2.2) SETEC

O Setor Técnico Científico (SETEC), responsável pelas perícias criminais, com uma representação na Delegacia de Dourados, apresentou os seguintes resultados relacionados à produção e à redução das pendências mais antigas na elaboração de Laudos (quanto menor os resultados, melhor), metas estas estipuladas pela INC/DITEC:

SETEC/SR/DPF/MS		
Laudos Periciais: 2369		
Informações técnicas: 95		
Pareceres Técnicos: 4		
Pendências (idade)	31/12/2011	
	Meta	Resultado
≤ 3m		167
≤ 6m		41
≤ 1a		14
≤ 2a		1
>2a		0
<b>Total</b>	228	223
<b>Antigas (Acima 3 meses)</b>	10	56
<b>Antigas %</b>	4,39	25,11

UTEC/DPF/DRS/MS		
Laudos Periciais: 806		
Informações técnicas: 14		
Pareceres Técnicos: 4		
Pendências (idade)	31/12/2011	
	Meta	Resultado
≤ 3m		106
≤ 6m		16
≤ 1a		5
≤ 2a		1
>2a		0
<b>Total</b>	96	127
<b>Antigas (Acima 3 meses)</b>	17	21
<b>Antigas %</b>	17,71	16,54

O INC/DITEC/DPF estabeleceu as seguintes metas para o dia 31/12/2011:

- SETEC/SR/DPF/MS: redução de 50% (Meta 2) do número de expedientes pendentes com mais de três meses e extinção de 100% (Meta 3) do número de expedientes pendentes acima de um ano. Em relação à Meta 1 (redução de 10% do total de pendências do Sistema de Criminalística (SISCRIM)).

- UTEC/DPF/DRS/MS: redução de 50% (Meta 2) do número de expedientes pendentes com mais de três meses e extinção de 100% (Meta 3) do número de expedientes pendentes acima de um ano. Em relação à Meta 1 (redução de 10% do total de pendências do Sistema de Criminalística (SISCRIM)).

Portanto, os indicadores de desempenho têm como objetivo principal a diminuição das pendências antigas e ao mesmo tempo a diminuição das pendências totais.

Os cálculos dos indicadores de desempenho são baseados na quantidade de solicitações de exames pendentes de atendimento na data de 30/06/2011, para os quais são estipulados percentuais a serem atingidos, conforme narrado anteriormente.

Na análise dos dados contidos na tabela em apreço nota-se em relação ao SETEC/SR/DPF/MS que a quantidade de pendências acima de três meses está aumentando, apesar da quantidade total de pendências apresentar-se satisfatória, enquanto na UTEC/DPF/DRS/MS, que a quantidade das pendências (total e acima de três meses) também estão aumentando, porém, em quantidade superior ao SETEC/SR/DPF/MS.

A justificativa para essa ocorrência, s.m.j., origina-se da intensificação das atividades desenvolvidas na Operação Permanente Sentinela e da diminuição da quantidade de PCFs, tanto no SETEC/SR/DPF/MS como na UTEC/DPF/DRS/MS.

### **2.3.2.3) Ação 12OM - Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014 (R\$ 309.000,00 – 2,73 %)**

Esta ação, constante do Programa 1127 - Sistema Único de Segurança Pública – SUSP – representa os recursos descentralizados para diárias relacionadas a capacitação de policiais em segurança de dignitários para os jogos e a aquisição de embarcação, necessária ao policiamento das áreas de fronteira alagadas, destinada à Delegacia de Corumbá/MS, localizada ao norte do Estado do Mato Grosso do Sul. Tal embarcação, após testada pelos integrantes daquela delegacia, será empregada na segurança dos Jogos da Copa do Mundo de 2014.

### **2.3.2.4) Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal (R\$ 295.488,60 – 2,61 %)**

Esta ação, constante do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal – representa os recursos descentralizados para a modernização dos elevadores, com a troca de peças e equipamentos, e para reforma na rede elétrica da Delegacia de Ponta Porã/MS. Tais contratos somente foram firmados no encerramento do exercício, tendo em vista as incertezas geradas à Sede, descentralizadora dos recursos, pela edição do Decreto n. 7446/2011. Diante disso, a execução de reformas necessárias aos imóveis da SR/DPF/MS ficaram muito prejudicadas no momento em que tal decreto condicionou todas reformas da União à autorização do MPOG.

Por conta desta restrição não foi possível a realização de reformas essenciais no prédio da SR.

#### **2.3.2.5) Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública (R\$ 202.935,30 – 1,79 %)**

Esta ação é constante do Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade – e representa os recursos descentralizados para o desenvolvimento dos trabalhos policiais no âmbito da área de inteligência.

O controle da execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, é realizado pelo Núcleo de Inteligência Policial, de acordo com a Instrução Normativa nº 049/2011-DG/DPF, de 21/12/2011. Essa modalidade de despesa faz uso da ferramenta Suprimento de Fundos, pelo fato de essa forma excepcional de execução de despesa atender à necessidade de sigilo no desenvolvimento das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas, bem como no pagamento de despesas diversas que exigem sua imediata quitação por não poderem esperar o procedimento ordinário, o que resultaria em prejuízo aos trabalhos de investigação. Diversas operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso, o que evidencia sua importância desse recurso para o efetivo resultado dessas operações.

Ressalta-se que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações repressão ao tráfico de entorpecentes, de armas, combate à lavagem de dinheiro, combate ao contrabando e ações deletérias ao meio ambiente, além de outras modalidades de ilícitos que a Polícia Federal é convocada para combater.

Esses recursos são ainda utilizados em operações de contrainteligência, nas quais se busca identificar e anular aqueles servidores públicos (notadamente policiais) que estejam a serviço do crime organizado.

Assim, no decorrer de 2011, diversas operações foram realizadas nos âmbitos de atuação do Departamento de Polícia Federal e suas variadas competências no campo de polícia repressiva e judiciária da União.

No segmento de Inteligência Estratégica, durante o ano de 2011, buscando apoiar as várias operações ordinárias de toda Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Sul, foram elaborados 72 Relatórios de Inteligência, 61 Pedidos de Inteligência, 01 Relatório de Investigação Social, 09 Relatórios de Contrainteligência, 55 Pedidos de Contrainteligência, além de 111 Ofícios e 192 Memorandos. Destaca-se que a maioria dos documentos produzidos são classificados como confidenciais ou reservados, devido a sua natureza.

Cabe ainda relatar que durante o ano de 2011 previa-se a expansão do espaço físico deste Núcleo, a fim de possibilitar o melhor desenvolvimento dos trabalhos de inteligência e contrainteligência. Todavia tal expansão não ocorreu em função do contingenciamento da rubrica referente à atividade.

## 2.4) DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

### 2.4.1) PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Não se aplica à unidade jurisdicionada, por não receber créditos originários.

### 2.4.2) PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

### 2.4.3) PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

#### 2.4.3.1) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

#### 2.4.3.2) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$  
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200354	2000	4.557,49		7.674.610,17
			0181	34.700,64		
			12OM			11.000,00
			20CI			9.339,16
		8375			9.520,00	
		200355	2000	-	-	11.296,31
			2720	-	-	182.928,53
			2726	-	-	2.334.640,47
	4572		-	-	53.463,00	
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200354	12OM	298.000,00	-	-
			2000	315.419,65	-	-
		200355	2586	17.120,00	-	-
			2679	33.842,47	-	-
			2720	20.006,77	-	-
8979	295.488,60	-	-			
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

A SR/DPF/MS somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora sendo que para a rubrica investimentos foi recebido R\$ 979.877,49, destinados à aquisição de uma embarcação, reforma da parte elétrica de Delegacia de Ponta Porã, modernização dos elevadores da

SR/DPF/MS dentre outras aquisições de material permanente, dentre eles: computadores, impressoras, *scanners*, *no-break*.

No que se refere às despesas correntes estas totalizaram R\$ 10.286.797,64 no exercício de 2011. Este montante é suficiente apenas para atender o pagamento de viagens e contratos já assinados com seus fornecedores, sem ampliação, não atendendo assim a demanda existente tanto de novos contratos como de aditivos para os já existentes.

#### 2.4.4) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

##### 2.4.4.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

##### 2.4.4.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

###### 2.4.4.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200354

Valores em  
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>	4.814.729,44	5.147.644,41	4.814.729,44	5.147.644,41
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	489.510,48	-	489.510,48
Pregão	4.814.729,44	4.658.133,93	4.814.729,44	4.658.133,93
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	1.048.611,06	1.239.585,82	1.048.611,06	1.239.585,82
Dispensa	714.416,21	884.530,27	714.416,21	884.530,27
Inexigibilidade	334.194,85	355.055,55	334.194,85	355.055,55
<b>Regime de Execução Especial</b>	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>Pagamento de Pessoal</b>	140.688,88	525.037,82	140.688,88	525.037,82
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	n/a	n/a	n/a	n/a
Diárias	140.688,88	525.037,82	140.688,88	525.037,82
<b>Outras</b>	978.124,02	1.463.763,55	978.124,02	1.463.763,55

Fonte: SIAFI Gerencial

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200355

Valores em  
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>	20.396,90	282.254,22	20.396,90	282.254,22
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	235.919,86	-	235.919,86
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	20.396,90	46.334,36	20.396,90	46.334,36
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	22.460,00	8.130,00	22.460,00	8.130,00
Dispensa	1.180	4.300,00	1.180	4.300,00
Inexigibilidade	21.280,00	3.830,00	21.280,00	3.830,00
<b>Regime de Execução Especial</b>	237.265,21	276.000,41	237.265,21	276.000,41



Suprimento de Fundos	237.265,21	276.000,41	237.265,21	276.000,41
<b>Pagamento de Pessoal</b>	2.310.927,96	3.542.470,23	2.310.927,96	3.542.470,23
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	n/a	n/a	n/a	n/a
Diárias	2.310.927,96	3.542.470,23	2.310.927,96	3.542.470,23
<b>Outras</b>	678,91	29.597,9	678,91	29.597,9

Fonte: SIAFI Gerencial

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPf.

#### 2.4.5) DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200354 Valores em R\$  
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
08 - Outros benefícios assistenciais	38.783,14	21.067,41	38.783,14	21.067,41	-	-	38.783,14	21.067,41
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
39 – Outros sv de terceir. PJ	2.572.372,26	2.781.332,29	2.207.346,79	2.481.886,36	3.650.254,7	299.445,93	2.207.346,79	2.481.886,36
30 – Mat. consumo	1.767.161,11	1.877.025,66	1.441.451,79	1.607.578,74	3.25.709,32	269.446,92	1.441.451,79	1.607.578,74
37 – Locação de mão de Obra	1.892.372,64	1.699.943,76	1.864.504,92	1.643.005,91	27.867,72	56.937,85	1.864.504,92	1.643.005,91
Demais elementos do grupo	1.331.874,44	2.513.159,23	1.246.402,89	2.398.144,60	85.471,55	115.014,63	1.246.402,89	2.398.144,60

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200355 Valores em R\$  
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
14 – Diárias pessoal Civil	2.310.927,96	3.542.470,23	2.310.927,96	3.542.470,23	-	-	2.310.927,96	3.542.470,23
36 – Outros sv de terceir. PF	165.059,36	195.804,77	165.059,36	195.721,27	-	83,50	165.059,36	195.721,00
39 – Outros sv de terceir. PJ	77.290,65	43.872,59	46.287,65	39.362,59	31003	4510,00	46.287,65	39.362,59
Demais elementos do grupo	29.050,34	38.625,31	29.050,34	38.625,31	-	-	29.050,34	38.625,41

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 2.4.6) DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200354 Valores em R\$  
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 - Investimentos</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
52 – Eq. Mat. Permanente	602.196,05	299.733,88	81.758,2	245.415,99	520.437,85	245.415,99	81.758,2	54.321,89
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200355

Valores em R\$  
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
51 – Obras e instalações	295.488,60	278.451,47	-	235.919,86	295.488,60	42.531,61	-	235.919,86
52 – Eq. Mat. Permanente	69.874,24	219.398,50	40.403,67	86.353,50	40.403,67	133.045,00	29.470,57	86.353,50
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 2011, apesar dos valores absolutos terem sido superiores a 2010, houve uma grande dificuldade na sua obtenção. Primeiro porque o Decreto nº 7.446/2011 impediu a realização de qualquer reforma sem a autorização do MPOG. Segundo, porque os recursos descentralizados foram disponibilizados somente no final do exercício, impedindo a execução dos contratos dentro do ano. Em razão disso, 88,5% dos valores empenhados foram inscritos em Restos a Pagar não Processados.

Tal realidade dificulta e muito o planejamento e a execução das aquisições, haja vista a limitação de pessoal para a realização de diversos processos licitatórios concomitantes.

#### 2.4.7) INDICADORES INSTITUCIONAIS

O Departamento de Polícia Federal tem buscado desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem avaliar, de forma consistente, o resultado de seu desempenho institucional, de modo a subsidiar as decisões de seu corpo diretivo, e, também, melhor prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, houve contratação de instituições que ficariam incumbidas deste propósito em exercícios anteriores, a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG e da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Todavia, em função da fatores diversos e diante dos resultados iniciais apresentados, restou prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui, entre outras atribuições, a seguinte: "II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial."

Desta forma, pretende-se fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Nos próximos anos, deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento

das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

Na tentativa de minimizar a carência de indicadores institucionais, e diante da própria complexidade em elaborá-los, foram oficiadas a Diretoria de Administração e Logística Policial do DPF e a própria Controladoria Geral da União no MS, com a finalidade de apoiar esta Superintendência Regional na identificação e elaboração de indicadores, entretanto não obtivemos retorno.

Num esforço do Setor de Administração e Logística Policial, gestora da área administrativa, foi elaborado o acompanhamento dos contratos e orçamento, o qual é realizado em planilhas próprias, com indicações da saldo percentual remanescente, projeção dos gastos e indicação de superávit ou déficit no exercício, auxiliando sobremaneira no controle dos recursos disponíveis.

Convém ressaltar que há dois indicadores institucionais, vinculados ao Programa 0662 (Prevenção e Repressão à Criminalidade): Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais e Prazo Médio para a Conclusão de Inquéritos Policiais.

Além destes, são utilizados pelo SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO os indicadores apontados no item 2.3.2.2.2.

#### **2.4.7.1 Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais**

**Utilidade:** mede a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2011 (IPLsRelatados/IPLsInstaurados).

O inquérito instaurado num determinado exercício, devido à complexidade das investigações e/ou procedimentos, eventualmente não pode ser concluído dentro do mesmo exercício. Da mesma forma que os inquéritos relatados no período, podem ser aqueles instaurados em anos anteriores. Dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Nesse sentido, a utilidade desse indicador pode ser claramente percebida haja vista tratar-se de um dos mais representativos índices, o qual sempre é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetam o desempenho finalístico desta Unidade Jurisdicionada.

Todos os esforços são dirigidos para manter o índice relativo à Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais acima de 100%, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento, o que vem se repetindo nos últimos anos. As ações de correção, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço.

**Mensurabilidade:** Houve viabilidade para que o fenômeno-objeto (Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais) fosse medido por intermédio do indicador supracitado, mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF, disponibilizadas na intranet.

O resultado para 2011 foi:

Unidades	IPLs		
	Inst.	Rel.	Rel./Inst.
<b>Campo Grande</b>	434	650	150%
Corumbá - CRA	334	282	84%
Dourados - DRS	296	245	83%
Naviraí - NVI	208	193	93%
Ponta Porã - PPA	599	596	99%
Três Lagoas - TLS	184	245	133%
<b>TOTAL</b>	<b>2.055</b>	<b>2.211</b>	<b>108%</b>

#### 2.4.7.2 Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais

**Utilidade:** medir o prazo médio para a conclusão de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2011 e auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial, sobretudo quanto à melhor alocação de recursos pelo ordenador de despesas, a fim de reduzir tal prazo.

**Mensurabilidade:** O fenômeno-objeto (Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais) foi medido mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF. Da mesma forma que o índice 2.4.7.1 (taxa de conclusão), possui razoável mensurabilidade: trata-se de um indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados extraídos de sistemas ativos e confiáveis (Sistema Nacional de Procedimentos - SINPRO e Sistema Cartorário - SISCART), por meio de recursos da Coordenação de Tecnologia de Informação do DPF, disponibilizados à Corregedoria Geral em Brasília, além de ser econômica a produção de tal indicador.

Entretanto, este indicador não possibilita aferir uma exata mensuração da produtividade, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi considerado no PPA 2012-2015. Os demais índices relativos à Polícia Judiciária dependem de fatores de elevada complexidade, os quais devem ser observados no decurso das investigações e, principalmente, na deflagração de operações policiais. Ainda nesse sentido, são relevantes as representações bem fundamentadas junto ao Judiciário.

Convém destacar que, apesar dos resultados levantados apresentarem uma crescente nos prazos médios, o indicador de taxa de conclusão de IPL resultou em 108%, evidenciando o esforço de diminuir os procedimentos em andamento, principalmente na Superintendência Regional.

**Metodologia:** O tempo para conclusão do IPL da unidade, em determinado ano, é a data do relatório subtraída da data da instauração, menos os períodos de movimentação externa. Quanto menor o índice, melhor. Exemplo: O IPL nº 555/2005 foi relatado em 05/05/2010. Foi instaurado em 05/05/2005. Teve 10 remessas à JF ou MPF, totalizando 500 dias fora do DPF. O tempo entre a instauração e o relatório foi de 1.826 dias (05/05/2010 - 05/05/2005) - 500 dias = 1.326 dias. Tempo para conclusão do IPL nº 555/2005: 1.326 dias. O resultado para 2011 foi:

Unidade	Por portaria				Flagrante			
	2011	2010	2009	2008	2011	2010	2009	2008
<b>Campo Grande</b>	473	413	323	339	149	94	85	129
Corumbá - CRA	361	368	220	214	24	24	26	21
Dourados - DRS	234	265	238	213	26	49	37	31
Naviraí - NVI	314	209	211	239	32	64	64	79
Ponta Porã - PPA	164	165	146	259	12	19	16	12
Três Lagoas - TLS	398	327	163	174	28	41	40	25
<b>Média</b>	<b>324</b>	<b>291</b>	<b>217</b>	<b>240</b>	<b>45</b>	<b>49</b>	<b>45</b>	<b>50</b>

#### 2.4.7.3 - Evolução % de gastos dos contratos

**Utilidade:** Apresenta em forma percentual o saldo do contrato ((valor contrato – liquidações) / (valor contrato – contingenciamentos)), adicionalmente há sinalização nas cores vermelho, amarelo e azul quando o saldo contratual atingir as faixas de 0-10%, 10-20% e 20-40%, respectivamente. Tal indicador sinaliza a evolução da execução dos contratos no decorrer do exercício, alertando a administração quanto aos limites mensais e anual existentes.

**Mensurabilidade:** a medição é resultado da alimentação rotineira de planilha de controle orçamentário, em que são alimentados os valores dos contratos, os contingenciamentos, as liquidações e a projeção anual da execução, portanto, auditável mediante consultas ao SIAFI.

#### 2.4.7.4 - Projeção Estimada dos gastos contratuais

**Utilidade:** apresenta a projeção dos gastos no ano, em reais, com base na média das liquidações já realizadas (média mensal das liquidações\*12). Tal indicador sinaliza a projeção calculada com base na execução dos contratos no decorrer do exercício, alertando a administração quanto ao limite anual existente.

**Mensurabilidade:** a medição é resultado da alimentação rotineira de planilha de controle orçamentário, em que são alimentados os valores dos contratos, os contingenciamentos, as liquidações e a projeção anual da execução, portanto, auditável mediante consultas ao SIAFI.

#### 2.4.7.5 - Superávit ou déficit contratual no exercício

**Utilidade:** Apresenta a projeção de déficit ou superávit contratual, em reais, com base na comparação entre o valor do contrato e a projeção de execução anual (valor do contrato – projeção dos gastos). Tal indicador sinaliza a projeção de sobra ou falta de recursos com base na execução dos contratos no decorrer do exercício, alertando a administração quando houver déficit, além de auxiliar na otimização da aplicação de recursos decorrentes de economias contratuais e de apresentar no encerramento do exercício a previsão mais aproximada da necessidade de inscrição em restos a pagar.

**Mensurabilidade:** a medição é resultado da alimentação rotineira de planilha de controle orçamentário, em que são alimentados os valores dos contratos, os contingenciamentos, as liquidações e a projeção anual da execução, portanto, auditável mediante consultas ao SIAFI.

### 3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

#### 3.1) RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não existem dados a serem apresentados, tendo em vista que as contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 (conforme orientação do TCU) não apresentaram qualquer movimentação no Sistema Integrado de Administração Financeira.

### 4. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

#### 4.1) PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG - Valores em R\$ 1,00 200354

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
2009	6.118,77	6.118,77	-	-
2008	1.025,65	-	-	1.025,65
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	1.335.737,51		139.763,58	1.218.431,93
2010	795.167,22	428.066,07	344.641,15	22.460,00
2009	379.260,70	62.823,84	316.436,86	-
2008	663.708,40	231.402,26	432.306,14	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - UG - 200355 Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
2009	81,90	81,90	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	357.057,17		27.859,00	329.198,17
2010	180.170,11	6.333,50	173.836,61	-
2009	1.629.216,15	79.891,76	1.615.636,15	-
2008	480.134,47	-	413.822,71	66.311,76

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### 4.2) ANÁLISE CRÍTICA

No que se refere aos restos a pagar verifica-se que os registrados em 2011 representam a quase totalidade dos inscritos. Basicamente se referem às parcelas finais (dezembro) dos contratos de serviços continuados vigentes. Adicionalmente, como já comentado no tópico 2.4.6, foram inscritas as aquisições de bens permanentes e reformas contratadas no término do ano.

## 5. RECURSOS HUMANOS

### 5.1) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

#### 5.1.1) DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	476	476	13	43
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	476	476	13	43
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	476	476	13	43
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	476	476	13	43

Fonte: SIAPE

#### 5.1.2) SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA

##### Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>2</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	
<b>6. Outras situações (AFASTAMENTO DISCIPLINAR)</b>	<b>3</b>

<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>5</b>
---	----------

Fonte: SIAPE

### 5.1.3) QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	4	4	3	3
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4	3	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4	4	3	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>24</b>	24	<b>7</b>	<b>7</b>
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	24	24	7	7
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>28</b>	28	<b>7</b>	<b>7</b>

Fonte: SIAPE

### 5.1.4 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>38</b>	<b>244</b>	<b>124</b>	<b>36</b>	<b>6</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	38	244	124	36	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>		<b>15</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			3	1	
2.3. Funções gratificadas		15	9		
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>38</b>	<b>259</b>	<b>136</b>	<b>37</b>	<b>6</b>

Fonte: SIAPE

### 5.1.5 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>				<b>5</b>	<b>46</b>	<b>395</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				5	46	395	1	1	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>						<b>27</b>	<b>1</b>		
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento						3	1		



Superior									
2.3. Funções gratificadas						24			
<b>3. Totais (1+2)</b>			<b>5</b>	<b>46</b>	<b>422</b>	<b>2</b>	<b>1</b>		

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.2) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

*Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro*

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1 Integral</b>	<b>91</b>	<b>8</b>
1.1 Voluntária	76	7
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente	15	1
1.4 Outras		
<b>2 Proporcional</b>	<b>7</b>	<b>1</b>
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório	1	
2.3 Invalidez Permanente	6	1
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>98</b>	<b>9</b>

Fonte: SIAPE

5.2.2) DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

*Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12*

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	32	3
1.1. Integral	30	2
1.2. Proporcional	2	1
<b>2. Em Atividade</b>	17	0
<b>3. Total (1+2)</b>	49	3

Fonte: SIAPE

5.3) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Esta UJ não aplica recursos na contratação de estagiários.

5.4) DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercí- cios Anterior- es	Decisões Judicia- is	Total
		Retri- - buiç ões	Grat- ifi- cações	Adic- io- nais	Indeniza- ções	Benefícios Assistencia- is e previden- ciários	Demais despesa s variáveis			
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>										
Exercí- cios	2011									
	2010									
	2009									
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>										
Exercí- cios	2011	83.706.579,47								83.706.579,47
	2010	64.418.122,56								64.418.122,56
	2009	64.866.327,34								64.866.327,34
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>										
Exercí- cios	2011									
	2010									
	2009									
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>										
Exercí- cios	2011									
	2010									
	2009									
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										
Exercí- cios	2011									
	2010									
	2009									
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>										
Exercí- cios	2011	71.019,79								71.019,79
	2010	74.115,20								74.115,20
	2009	74.802,24								74.802,24
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>										
Exercí- cios	2011	78.348,05								78.348,05
	2010	82.731,93								82.731,93
	2009	82.789,98								82.789,98

Fonte: SIAPE

5.5) TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

5.5.1) INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

A SR/DPF/MS não possui terceirizados que ocupem cargos com atividades típicas do órgão, tampouco foram substituídos em decorrência de concurso público, razão pela qual os quadros A.5.9 e A.5.10 não se aplicam a esta UJ.

5.5.2) AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Preenchimento pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou por outro órgão autorizador equivalente nos demais Poderes da União.

5.5.3) INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SR/DPF/MS													
UG/Gestão: 200354/00001							CNPJ: 00.394.494/0084-63						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04/2011	10.692.767/001-82	01/01/11	31/12/12	26	26					P
2011	V	O	04/2010	08.812.112/001-30	01/01/10	31/12/12			24	24			P

**Observação:** Quanto às medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P, a UJ não tem autonomia para a substituição de terceirizados por servidores, esta providência cabe à Sede do DPF, que controla o quadro geral de contratados.

**LEGENDA**  
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Dados fornecidos pelo Gestor de contratos – Marcelo Ricardo Hauptenthal, Mat 11.707,

5.5.4) INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SR/DPF/MS													
UG/Gestão: 200041/200354							CNPJ: 00.394.494/0084-63						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	14	O	14/2007	00.482.840/001-38	20/03/07	31/12/11	02	02					E
2007	6	O	14/2007	00.482.840/001-38	20/03/07	31/12/11	01	01					E
2008	7	O	17/2008	03.514.206/001-28	20/11/08	31/12/11			24	16			E
2011	4	O	02/2011	03.514.206/001-28	01/01/11	31/12/11	03	03					P

**Observação:** Quanto às medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P, a UJ não tem autonomia para a substituição de terceirizados por servidores, esta providência cabe à Sede do DPF, que controla o quadro geral de contratados.

**LEGENDA**  
**Área:**  
 1. Conservação e Limpeza;  
 2. Segurança;  
 3. Vigilância;  
 4. Transportes;  
 5. Informática;

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 14. Outras	
--	--

Fonte: Dados fornecidos pelo Gestor de contratos – Marcelo Ricardo Haupenthal, Mat 11.707

## 5.6) INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

### - Absenteísmo

Durante o ano de 2011, ocorreram 8.186 dias de ausências por LTS, o que representa quase 17 dias de afastamento por servidor no ano.

### - Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

a) LER (05)

b) 01 Processo Especial de Acidente de Serviço aprovado.

### - Rotatividade (turnover)

Ocorreu durante o ano o ingresso de 13 servidores, em virtude de nomeação (ingresso) 02 judiciais e 11 por motivo de remoção, e 43 desligamentos (egresso), em virtude de remoções (28), aposentadorias (9) e vacâncias (2).

### - Educação Continuada

Informação sob a responsabilidade do T & D, presente no item 2.3.1.3.4.

### - Satisfação e Motivação

Manutenção da Atividade Física obrigatória, IN 36 DG/DPF, de 13/08/2010, e o Deferimento de 11 Processos de Licença Capacitação, Realização dos Exames Periódicos com participação de 76 % dos servidores, Várias ações de saúde preventivas realizadas na SR/MS.

### - Disciplina

O acompanhamento disciplinar está a cargo da COR/SR/MS que apresentou a seguinte estatística:

	DPF/DRS	DPF/PPA	DPF/NVI	DPF/TLS	DPF/CRA	SR/MS	TOTAL
<b>Processos Administrativos Disciplinares</b>	0	1	0	0	0	12	<b>13</b>
<b>Sindicâncias Investigativas</b>	4	1	1	0	7	15	<b>28</b>
<b>Sindicâncias Punitivas</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Investigações Prévias</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Processos Especiais</b>	1	0	0	0	0	4	<b>5</b>
<b>Expedientes de Natureza Disciplinar</b>	1	0	0	0	10	84	<b>95</b>

Fonte: dados fornecidos pela Corregedoria

### - Aposentadoria versus reposição do quadro.

Não houve Concurso Público, para a reposição de vagas, ressaltando sempre que há previsão, o SRH informa o Superintendente Regional da quantidade de servidores que podem aposentar-se no exercício, cabendo ao Órgão Central, disponibilizar as vagas para as demais Unidades, tendo ocorrido o preenchimento de vagas preferencialmente nas áreas fronteiriças.

## 6. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

### 6.1) INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO

Esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, seja por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

### 6.2) INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

Esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, seja por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

### 6.3) ANÁLISE CRÍTICA

Não se aplica, tendo em vista que esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, seja por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

## 7. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV

Encontra-se apresentada no Anexo I.

## 8. INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

### 8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

*Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR*

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	28	28	28
	Entregaram a DBR	28	28	28
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SIAPE e Arquivo em Pasta do SRH (Arquivo na Rede) e Pasta SRH (Formulários)

### 8.2 ANÁLISE CRÍTICA

Todos os ocupantes de cargos e funções de confiança cumpriram a obrigação de entrega da DBR.

O Setor de Recursos Humanos é o setor incumbido de gerenciar a recepção das DBR, sendo arquivadas conforme estipula o art. 13 da Lei 8.429/92, regulado pelo Decreto nº 5.483/2005.

A recepção das DBR se dá pelo recebimento de Formulário específico impresso ou através de email.

Em decorrência do estipulado no art. 7º do Decreto nº 5.483/2005, bem como no art. 4º da Lei nº 8.730/1993, a análise quanto à evolução patrimonial é de responsabilidade da CGU e do TCU, portanto, esta UJ não a realiza.

Quanto à forma de guarda das DBR, diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações, ficam gravadas na Rede (Acesso Exclusivo ao SRH), já as Declarações em Formulário ficam arquivadas em Pasta no SRH e, futuramente, serão gravadas na rede.

## 9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

### 9.1) ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul não possui Unidade de Controles Interno que possa responder sobre a natureza dos controles em questão. Até o presente momento, estas atribuições são realizadas pela Controladoria-Geral da União, pelo Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

## 10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 10.1) GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

#### Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		x			
	<i>Esta unidade tem procurado adquirir produtos eletrônicos mais econômicos, como é o caso da aquisição de condicionadores de ar classe A, através de adesão à Ata de SRP.</i>				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, <b>lâmpadas econômicas</b> ). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	x				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		x			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					x
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					x
<p><i>Considerações Gerais:</i></p> <p>1. A UJ, a partir do final do ano passado, tem buscado modificar seus Editais de Licitação a fim de passar a incluir critérios de sustentabilidade, como é exemplo o Pregão 15/2011, de contratação de serviços de copetagem e auxiliar de armazém, com vigência inicial do contrato a partir de 01/01/2012.</p>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p>					

<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>	<b>Avaliação</b>
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.	
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.	
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.	
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

## 11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 11.1) GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

*Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União*

<b>LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA</b>		<b>QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ</b>	
		<b>EXERCÍCIO 2011</b>	<b>EXERCÍCIO 2010</b>
<b>BRASIL</b>	<b>UF MS</b>	<b>16</b>	<b>16</b>
	Campo Grande	<b>5</b>	<b>5</b>
	Corumbá	<b>2</b>	<b>2</b>
	Dourados	<b>3</b>	<b>3</b>
	Ladário	<b>1</b>	<b>1</b>
	Navirai	<b>1</b>	<b>1</b>
	Ponta Pora	<b>2</b>	<b>2</b>
	Três Lagoas	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Total (Brasil)</b>		<b>16</b>	<b>16</b>

Fonte:SPIUNET

A SR/DPF/MS não possui imóveis alugados.



Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor <sup>1</sup> Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200354	9051.00014.500-2	13	REGULAR	N/D	10/08/2011	5.801.037,63	206.431,28	160.990,00*
200354	9051.00029.500-4	13	REGULAR	808.151,39	21/10/2011	1.753.646,77	-	-
200354	9051.00061.500-9	11	REGULAR	149.047,84	10/08/2011	231.654,62	-	-
200354	9051.00063.500-0	13	REGULAR	42.566,81	10/08/2011	262.266,22	-	-
200354	9051.00064.500-5	13	REGULAR	45.618,51	10/08/2011	262.266,22	-	-
200354	9063.00005.500-7	13	BOM	N/D	14/07/2011	562.733,60	310,00	-
200354	9063.00207.500-5	13	BOM	275.000,00	14/07/2011	522.348,75	-	-
200354	9073.00096.500-0	13	REGULAR	303.049,76	29/07/2011	3.629.809,58	5.570,00	-
200354	9073.00114.500-7	13	REGULAR	229.934,67	29/07/2011	2.415.117,93	-	-
200354	9073.00144.500-0	13	REGULAR	64.000,00	29/07/2011	442.920,00	-	-
200354	9103.00051.500-0	13	REGULAR	31.099,70	02/03/2011	2.073.459,99	-	-
200354	9113.00022.500-0	13	REGULAR	9.178,56	29/07/2011	562.443,78	712,50	-
200354	9131.00018.500-6	13	REGULAR	141.866,30	29/07/2011	747.347,41	3.900,00	134.498,60*
200354	9131.00286.500-4	13	REGULAR	862.337,10	29/07/2011	3.065.962,64	-	-
200354	9165.00112.500-1	13	BOM	26.400,00	29/07/2011	984.748,44	394,00	-
200354	9165.00114.500-2	13	REGULAR	20.397,00	29/07/2011	458.720,86	-	-
<b>Total</b>							<b>217.318,78</b>	<b>295.488,60</b>

Fonte: SPIUNET e Fiscalização de Contrato de Manutenção.

1 Os campos com N/D não apresentavam informação sistema.

\* Refere-se à Modernização dos elevadores na SR e Reforma Elétrica na DPF/PPA/MS.

### *Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade*

Os prédios sob nossa responsabilidade encontram-se sob constante avaliação de suas condições, adaptando-os e atualizando-os às necessidades atuais, estando sob efetiva manutenção, apesar da idade média alta, o que dispensa maiores recursos para manter em boas condições de uso e evitar uma maior depreciação.

O espaço físico é insuficiente, tanto para a Sede em Campo Grande, como para as delegacias de NVI, CRA e PPA. Diante disso, já está em execução pela Sede do DPF em Brasília o projeto de construção das novas delegacias de CRA e PPA, além disso são solicitados anualmente recursos para ampliação da Sede da Superintendência Regional em Campo Grande e da Delegacia de NVI.

## 12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 12.1) GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

A Gestão da tecnologia da informação é realizada de forma centralizada pela Coordenação Geral da Tecnologia da Informação – CGTI, localizada em Brasília, no órgão central.

## 13. UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

### 13.1) DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

#### 13.1.1) RELAÇÃO DOS PORTADORES DE CARGÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO NA UNIDADE E UTILIZAÇÃO NO EXERCÍCIO

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG		200355	Limite de Utilização da UG		n/a
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
NIP	Caráter Sigiloso	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
NIP	Caráter Sigiloso	6.000,00	6.000,00	0,00	6.000,00
Celso Alvarenga Arakaki	800.913.341-87	2.534,55	0,00	2.534,55	2.534,55
NIP	Caráter Sigiloso	15.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00
NIP	Caráter Sigiloso	6.500,00	6.500,00	0,00	6.500,00
NIP	Caráter Sigiloso	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
NIP	Caráter Sigiloso	0,00	0,00	0,00	0,00
NIP	Caráter Sigiloso	13.041,05	13.041,05	0,00	13.041,05
DPF/MS	REE	2.293,00	1.400,00	893,00	2.293,00
NIP	Caráter Sigiloso	10.570,00	10.570,00	0,00	10.570,00
DPF/MS	REE	3.708,81	1.793,00	1.915,81	3.708,81
NIP	Caráter Sigiloso	17.989,05	17.989,05	0,00	17.989,05
NIP	Caráter Sigiloso	15.647,72	15.647,72	0,00	15.647,72
DPF/MS	REE	1.425,00	1.425,00	0,00	1.425,00
NIP	Caráter Sigiloso	0,00	0,00	0,00	0,00
NIP	Caráter Sigiloso	7.920,20	7.920,20	0,00	7.920,20
NIP	Caráter Sigiloso	12.466,39	12.466,39	0,00	12.466,39
NIP	Caráter Sigiloso	714,84	714,84	0,00	714,84
Celso Alvarenga Arakaki	800.913.341-87	1.841,17	130,00	1.711,17	1.841,17
DPF/MS	REE	0,00	0,00	0,00	0,00
NIP	Caráter Sigiloso	0,00	0,00	0,00	0,00
Alexandre Dias Pires Teixeira	043.071.067-41	3.347,77	315,00	3.032,77	3.347,77
NIP	Caráter Sigiloso	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
DPF/MS	REE	3.876,66	2.850,00	1.026,66	3.876,66
DPF/MS	REE	320,00	320,00	0,00	320,00
NIP	Caráter Sigiloso	12.613,65	12.563,65	50,00	12.613,65
NIP	Caráter Sigiloso	8.540,00	8.540,00	0,00	8.540,00
NIP	Caráter Sigiloso	1.070,00	1.070,00	0,00	1.070,00
NIP	Caráter Sigiloso	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
NIP	Caráter Sigiloso	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
DPF/MS	REE	2.881,27	2.250,70	630,57	2.881,27
Celso Alvarenga Arakaki	800.913.341-87	2.278,10	0,00	2.278,10	2.278,10
DPF/MS	REE	0,00	0,00	0,00	0,00
Alexandre Dias Pires Teixeira	043.071.067-41	1.274,80	296,00	978,80	1.274,80

NIP	Caráter Sigiloso	13.673,10	13.673,10	0,00	13.673,10
DPF/MS	REE	3.601,10	2.560,00	1.041,10	3.601,10
NIP	Caráter Sigiloso	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
NIP	Caráter Sigiloso	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00
DPF/MS	REE	5.392,00	5.177,00	215,00	5.392,00
NIP	Caráter Sigiloso	0,00	0,00	0,00	0,00
DPF/MS	REE	350,00	350,00	0,00	350,00
NIP	Caráter Sigiloso	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00
DPF/MS	REE	177,00	177,00	0,00	177,00
Total utilizado pela UG/UJ			220.739,70	16.307,53	237.047,23

Fonte: Controle NEOF

REE: Regime Especial de Execução utilizado pelas unidades do DPF no Estado

Caráter Sigiloso: Regime Especial de Execução em operações de inteligência

### 13.1.2 UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE CRÉDITO CORPORATIVO DA UNIDADE

#### Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

UG 200355					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade <sup>1</sup>	Valor (a)	Quantidade <sup>1</sup>	Valor (b)	(a+b)
2011	285	220.739,70	28	16.307,53	237.047,23
2010	n/d	246.698,34	n/d	28.956,27	275.654,61
2009	n/d	184.045,36	n/d	36.437,72	220.483,08

<sup>1</sup> não foi possível extrair os quantitativos para os anos de 2009 e 2010.

Fonte: Dados fornecidos pelo NEOF e pelo ADM Marcelo Ricardo Haupenthal, Mat 11.707

## 14. Informações sobre as Renúncias Tributárias

Não se aplica a esta UJ.

## 15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

### 15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2011.

### 15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não se aplica.

### 15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Não foram expedidas recomendações pela CGU a serem atendidas no exercício de 2011. Entretanto, as observações constantes no Parecer do Dirigente de Controle Interno – SFCI/CGU, foram tratadas adequadamente, como segue:

- o apontamento quanto à “priorização dos controles referentes à manutenção/inspeção física dos bens imóveis de uso especial em detrimento dos seus controles contábeis e de sistema”, com a consequente “fragilidade [dos controles internos] encontrada na gestão de bens de uso especial”, foi sanado na medida em que foram atualizadas, em missão conjunta do SELOG com a SPU, todas as avaliações dos imóveis do Estado (vide item 11.1), efetuando os devidos ajustes contábeis e de sistema.

- o apontamento quanto à “ausência do estabelecimento de indicadores de desempenho na instituição” foi sanada, conforme apresentado no item 2.4.7.

- o apontamento quanto à fragilidade na “segregação de funções (designação de responsável pela análise e divulgação de legislação relativa a área de pessoal) se encontra sanada, pois tal designação já é feita ao nomear o chefe do Setor de Recursos Humanos que, com o auxílio da intranet do DPF, difunde o conhecimento por meio de formulários com os requerimentos mais utilizados pelos servidores, agilizando o trâmite das concessões ao reduzir os erros e facilitar a inserção dos dados nos sistemas informatizados.

#### 15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não se aplica.

### **16. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

Não foram expedidas recomendações da unidade de controle interno a serem atendidas no exercício de 2011.

### **17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA**

#### 17.1) DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração encontra-se no ANEXO II.

## **RESULTADOS E CONCLUSÕES**

Os principais resultados das ações desenvolvidas no exercício de 2011 encontram-se apresentadas no tópico “Principais realizações da gestão no exercício”, o qual integra a Introdução deste relatório, e nos anexos III e IV, os quais consubstanciam o Relatório Anual de Atividades desta Regional.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos relacionam-se diretamente à escassez de efetivo, sendo que a situação é agravada no que concerne ao quadro de servidores da área-meio (servidores administrativos), bem como ao contingenciamento orçamentário e consequente escassez de recursos financeiros, conforme dissertado no tópico “Principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ”.

Em seu mister, a gestão desta Regional empreende e desenvolve junto aos administrados o “fazer o máximo” com os recursos disponíveis.

Conforme demonstrado ao longo deste relatório os recursos são empregados de forma otimizada, com parcimônia, mediante pleno controle, e de modo que alcancem o fim a que se destinam, o de bem servir a sociedade.

## **ANEXOS**

**ANEXO I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010**

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Marcelo Ricardo Haupenthal**, CPF nº**833.353.661-15**, **Gestor de contratos**, exercido na **Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.


Campo Grande, 16 de fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_  
Marcelo Ricardo Haupenthal  
CPF – 833.353.611-15  
Gestor de Contratos – SR/DPF/MS

**ANEXO II - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
 COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
 SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
<b>Denominação Completa (UJ):</b>	<b>Código da UG:</b>
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MS – SR/MS/DPF	200354 - 200355
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li> <li>- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li> <li>- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
<b>Brasília/DF</b>	<b>Data: 13/02/2012</b>
<b>Contador Responsável:</b>	
<b>GLADSTON GUIMARÃES NAVES</b> 	<b>CRC nº DF-12534/O-8</b>



ANEXO III – ESTATÍSTICA DE EXECUÇÃO DA DREX

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2011

PERÍODO APURADO: 01.01.2011 A 31.12.2011

**DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA - DREX/SR/DPF/MS**

<b>D E L E F A Z</b>							
	<b>DOURADOS</b>	<b>PONTA PORÃ</b>	<b>NAVIRÁI</b>	<b>TRES LAGOAS</b>	<b>CORUMBA</b>	<b>CAMPO GRANDE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1. INQUÉRITOS</b>							
Por Flagrante	64	35	38	36	13	71	<b>257</b>
Por Portaria	115	152	105	74	72	193	<b>711</b>
Total Instaurados	179	187	143	110	85	250	<b>954</b>
Relatados	132	26	138	149	72	234	<b>751</b>
Em Andamento	169	5	118	74	119	543	<b>1028</b>
<b>2. PESSOAS</b>							
Presas	93	40	69	67	15	105	<b>389</b>
Indiciadas	45	40	162	68	22	143	<b>480</b>
<b>3. BENS APREENDIDOS</b>							
Aeronaves (un)	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
Agrotóxicos (kg)	4447	22	991,2	0	0	0	<b>5460,2</b>
Agrotóxicos (Lt)	0	200	388	0	0	0	<b>588</b>
Valores (dólar)	\$952,00	\$0,00	\$0,00	\$0,00	\$0,00	\$0,00	<b>\$952,00</b>
Cédula falsa (un)	177	1909	25	137	0	20756	<b>23004</b>
Celulares (un)	2232	491	3559	8	8	540	<b>6838</b>
Cigarros(carteiras)	12971190	1531278	20248830	506067	1002320	396977	<b>36656662</b>
Eletrônicos (un)	3427	447	13495	2599	0	4576	<b>24544</b>
Embarcações (un)	0	0	0	0	2	0	<b>2</b>
Maq. Agrícolas (un)	0	0	1	0	0	0	<b>1</b>
Valores (euro)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	<b>0,00 €</b>
Valores (reais)	R\$ 134.026,85	R\$ 4.762,00	R\$ 59.094,45	R\$ 62.434,00	R\$ 586,00	R\$ 90.206,90	<b>R\$ 351.110,20</b>
Veículos(un)	138	31	109	58	14	47	<b>397</b>
<b>D E L E M I G</b>							
	<b>DOURADOS</b>	<b>PONTA PORÃ</b>	<b>NAVIRÁI</b>	<b>TRES LAGOAS</b>	<b>CORUMBA</b>	<b>CAMPO GRANDE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1. INQUÉRITOS DE EXPULSÃO</b>							
Total Instaurados	6	0	0	1	41	25	<b>73</b>
Relatados	1	0	0	1	44	16	<b>62</b>
Andamento	32	0	0	179		9	<b>220</b>
Expulsões efetivadas	0	0	0	0	0	3	<b>3</b>
<b>2. ORDENS DE MISSÃO</b>							
Expedidas	0	0	0	22	20	147	<b>189</b>
Relatadas	0	0	0	17		128	<b>145</b>
<b>3. MULTAS</b>							
Aplicadas	24	118	0	29	3174	265	<b>3610</b>
Reconsideradas	0	0	0	0		6	<b>6</b>
Pagas de Auto de Infração	23	48	0	5		41	<b>117</b>
Pagas Empresas Brasileiras	0	0	0	0		0	<b>0</b>
Pagas Emp.Trsp.Internacional	0	0	0	0		0	<b>0</b>

Pagas Entid. De Adoção Internac.	0	0	0	0		0	0
<b>ARRECADAÇÃO (R\$)</b>	R\$ 7.864,39	R\$ 33.546,21	R\$ 0,00	R\$ 6.809,79	R\$ 492.346,49	R\$ 8.137,43	R\$ 548.704,31
<b>4. PESSOAS</b>							
Atuadas	21	0	0	27	2612	265	2925
Notificadas	9	0	0	17	58	78	162
Presas em flagrante	0	0	0	4	4	14	22
Presas temporária	0	0	0	0		0	0
Presas preventiva	0	0	0	0		0	0
Presas com mandado de prisão	0	0	0	1	1	2	4
Deportadas	0	0	0	0		6	6
Extraditada	0	0	0	0		0	0
Expulsas	2	0	0	0	4	3	9
Indiciadas	0	0	0	0		0	0
<b>5.CONTROLE MIGRATÓRIO</b>							
Entrada de estrangeiro	0	21898	0	0	42816	912	65626
Saída de estrangeiros	0	19605	0	0	25192	1138	45935
Entrada de brasileiros	0	0	0	0	5402	4981	10383
Saída de brasileiros	0	0	0	0	11866	5394	17260
Entrada de aeronave	0	0	0	0	4	163	167
Saída de aeronave	0	0	0	0		163	163
Aeronaves vistoriadas	0	0	0	0		0	0
Entrada de embarcações	0	0	0	0	35	0	35
Saída de embarcações	0	0	0	0	36	0	36
Entradas negadas	0	493	0	0	3835	0	4328
Formulários Incluídos	0	0	0	0		0	0
Impedimento de desembarque	0	0	0	0		0	0
Impedimento de embarque	0	0	0	0		5	5
Cadastro Emp.Trsp. Internacional	0	0	0	0	3	0	3
Cadas. Ent. Adoção Internacional	0	0	0	0		0	0
Translado de cadáver	0	0	0	0		0	0
Documento retido	0	3	0	0	6	0	9
Tarjetas inclusas	0	21898	0	0		2006	23904
Tarjetas emitidas	0	18579	0	0		2006	20585
Passageiro armado	0	0	0	0		2105	2105
Estrangeiro Repatriado	0	0	0	0		0	0
<b>ARRECADAÇÃO (R\$)</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42.565,60	R\$ 0,00	R\$ 42.565,60
<b>6. PASSAPORTES</b>							
Comum expedido	0	612	337	1232	626	11283	14090
Taxa em dobro	0	0	0	7	13	0	20
Urgente	0	1	0	2	4	128	135
Emergência	0	1	1	0	1	73	76
Para estrangeiro	0	0	0	0		0	0
Laissez-Passer expedido	0	0	0	1	0	9	10
Extraviado	0	0	0	0	0	0	0
Inutilizado	0	0	0	0	0	112	112
Cancelado por Fraude	0	0	0	0	0	1	1
Cancelado por Decurso de Prazo	0	53	0	0	0	51	104
Cancelado por Erro de Ofício	0	0	1	8	0	26	35
Recuperado	0	0	0	0	0	0	0
Para Criança Adotada	0	0	0	0	0	27	27

<b>Quantitativo Mensal</b>	0	145	339	0	0	11493	11977
<b>ARRECADAÇÃO (R\$)</b>	R\$ 0,00	R\$ 95.670,91	R\$ 53.075,68	R\$ 193.426,93	R\$ 101.231,76	R\$ 1.778.492,64	R\$ 2.221.897,92
<b>7. SERVIÇO DE ESTRANGEIRO</b>							
Pedido de permanência-inexpulsável	53	146	6	13	8	153	379
Pedido de permanência-reunião familiar	0	2	0	1		7	10
Pedido naturalização comum	1	3	0	0	2	13	19
Pedido naturalização extraordinária	2	2	0	0	1	14	19
Naturalização provisória	0	2	0	0		2	4
Registro de estrangeiro	193	137	14	50	17	366	777
Restabel. de registro	0	0	0	0		2	2
1ªvia cart.estr.emitida	228	122	14	3		238	605
2ªvia cart.estr.emitida	1	7	0	2	4	28	42
Cart. Identid acordo BrasilxArgentina	0	0	0	0		0	0
Cart. Identid acordo Mercosul	0	70	0	1	97	130	298
Recadastramento	0	45	0	0		11	56
Recadast. extemp. (r\$124,23)	0	0	0	0		0	0
Recadast. extemp. (r\$183,01)	1	0	0	0		0	1
Reconsideração de despacho	1	2	0	1	110	3	117
Republicação de despacho	1	10	0	1	1	20	33
Fronteiriço	0	187	0	0		0	187
Pror. estada turista	46	4	0	10	11	173	244
Pror. estada provisório	0	0	0	2		0	2
Pror. estada temporario	16	0	5	3		51	75
Atualização de endereço	0	7	0	6	5	147	165
Sindicância permanência	0	0	0	11		55	66
Sindicância naturalização	0	0	0	0		20	20
Certidão ctps e cpf	0	153	0	28	54	452	687
Termo de declarações	0	3	0	6		53	62
Cancel. Reg.por perda permanência	0	0	0	0		0	0
Cancel. Reg.por naturalização	0	0	0	0		0	0
Canc.de reg. óbito	0	0	0	0	4	39	43
Subst. carteira	0	2	0	9		176	187
Subst. Carteira-idosos	0	0	0	1		30	31
Extravio identidade estrangeiro	0	0	0	1		0	1
Transformação de visto	29	50	5	18	47	315	464
Alteração de assentamento	0	1	0	0		0	1
certidão de Estada Legal	0	11	0	5	15	506	537
Pedido cert.neg.naturalização	0	0	0	0		0	0
Pedido de igualdade de direito	0	0	0	0		0	0
Pedido de refúgio/acnur	0	0	0	0	3	23	26
Pedido de restituição de taxa	0	0	0	0		11	11
Impedimento de registro	0	0	0	0		0	0
<b>ARRECADAÇÃO (R\$)</b>	R\$ 52.660,57	R\$ 83.258,21	R\$ 3.744,78	R\$ 16.066,62	R\$ 15.014,45	R\$ 148.580,65	319.325,28

<b>TOTAL GERAL</b>	R\$ 60.524,96	R\$ 212.475,33	R\$ 56.820,46	R\$ 216.303,34	R\$ 563.515,85	R\$ 1.935.210,72	R\$ 3.044.850,66
--------------------	---------------	----------------	---------------	----------------	----------------	------------------	------------------

### DELINST

	DOURADOS	PONTA PORÃ	NAVIRAI	TRES LAGOAS	CORUMBA	CAMPO GRANDE	TOTAL
<b>1. INQUÉRITOS</b>							
Por Flagrante	6	1	0	3	1	4	15
Por Portaria	32	33	9	10	3	21	108
Total Instaurados	38	33	9	13	4	23	120
Relatados	30	7	12	16	2	14	81
Em Andamento	472	25	113	133	20	75	838
<b>2. PESSOAS</b>							
Presas	0	0	0	3	0	10	13
Indiciadas	9	0	7	3	0	13	32
<b>3. SEGURANÇA DIGNITÁRIO</b>	0	0	0	0	0	12	12
<b>4. OPERAÇÕES REALIZADAS</b>	0	0	0	0	0	1	1

### DELEPREV

	DOURADOS	PONTA PORÃ	NAVIRAI	TRES LAGOAS	CORUMBA	CAMPO GRANDE	TOTAL
<b>1. INQUÉRITOS</b>							
Flagrante	1	1	0	0	0	0	2
Portaria	5	106	5	9	1	39	165
Total Instaurados	6	107	5	9	1	39	167
Relatados	12	0	2	12	3	38	67
Em Andamento	209	105	30	154	15	5	518
Inquirições	44	2	1	0	0	647	694
Perícias Requisitadas	8	0	0	0	0	32	40
CP's expedidas	5	0	0	0	0	12	17
CP's atendidas	0	0	0	0	0	11	11
<b>2. PESSOAS</b>							
Presas	0	2	0	0	0	0	2
Indiciadas	8	2	2	0	1	15	28
<b>3. OPERAÇÕES REALIZADAS</b>	0	0	0	0	0	0	0

### DELEMAPH

	DOURADOS	PONTA PORÃ	NAVIRAI	TRES LAGOAS	CORUMBA	CAMPO GRANDE	TOTAL
<b>1. INQUÉRITOS</b>							
Flagrante	0	1	0	0	1	1	3
Portaria	3	2	4	6	38	29	82
Total Instaurados	3	2	4	6	39	30	84
Relatados	3	0	1	12	19	37	72
Em Andamento	62	3	48	50	216	51	430
Inquirições	6	0	0	0	0	154	160
Perícias Requisitadas	1	0	0	0	0	79	80
CP's expedidas	1	0	18	2	0	77	98
CP's atendidas	0	0	0	0	0	20	20
<b>2. PESSOAS</b>							
Presas	0	1	0	0	4	3	8
Indiciadas	1	1	46	0	13	12	73
<b>3. OPERAÇÕES REALIZADAS</b>	0	0	0	0	0	2	2

### DELESP

	DOURADOS	PONTA PORÃ	NAVIRAI	TRES LAGOAS	CORUMBA	CAMPO GRANDE	TOTAL
<b>1. VISTORIAS REALIZADAS</b>							
Agências Bancárias	54	0	2	0	0	168	224

Empresas	5	0	1	0	0	29	35
Veículos Especiais	9	0	0	0	0	17	26
Em Eventos	7	0	0	0	0	17	24
<b>2. NOTIFICAÇÕES</b>							
Bancos	23	0	1	0	0	4	28
Empresas	24	0	0	0	0	1	25
Auto de Infração Empresas	22	0	5	0	0	5	32
Encerramento Clandestinas	1	0	0	0	0	3	4
Encerramento Registradas	0	0	0	0	0	0	0
Em Andamento	15	0	13	0	0	0	28
Processos Instaurados	18	0	5	0	0	316	339
Pareceres Conclusivos	35	0	6	0	0	10	51
CNV Requeridas	36	0	0	0	0	1201	1237
Autor. Transp. arma/Munição	67	0	7	0	0	210	284
Certificado de formação	282	0	0	0	0	1508	1790
Armas Arrecadadas	6	0	0	0	0	0	6
Ocorrências com Armas	5	0	0	0	0	0	5
<b>3. ARRECADAÇÃO Bancos</b>	R\$ 57.461,40	R\$ 0,00	R\$ 2.447,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 178.768,80	<b>R\$ 238.677,63</b>
<b>4. ARRECADAÇÃO Empresas</b>	R\$ 18.875,75	R\$ 0,00	R\$ 825,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.348,84	<b>R\$ 140.050,33</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 76.337,15</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 3.273,17</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 299.117,64</b>	<b>R\$ 378.727,96</b>

ANEXO IV – ESTATÍSTICA DE EXECUÇÃO DA DRCOR

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2011

PERÍODO APURADO: 01.01.2011 A 31.12.2011

**DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO -  
DRCOR/SR/DPF/MS**

<b>D R E</b>							
	<b>SR</b>	<b>DRS</b>	<b>PPA</b>	<b>NVI</b>	<b>CRA</b>	<b>TLS</b>	<b>TOTAL</b>
Cocaína (gramas)	743.216,58	646.162,19	702.638,00	26.000,00	723.579,00	496.633,00	3.338.228,77
Maconha (gramas)	2.905.205,37	19.105.406,85	27.570.920,00	6.283.360,00	40,00	2.450.635,00	58.315.567,22
Haxixe (gramas)	12.839,00	28.883,97	15.096,00	20.357,70	0,00	15.700,00	92.876,67
Crack (gramas)	0,00	2.002,50	530,00	0,00	0,00	0,00	2.532,50
LSD (pontos)	330	0	0	0	0	0	330
Ecstasy (compr)	8	0	0	0	0	0	8
Lança Perfume (frascos)	0	0	6	0	0	48	54
Presos	103	70	198	26	155	55	607
Indiciados	107	24	180	7	114	57	489
IPL Flagrante	57	45	158	20	99	33	412
IPL Portaria	35	14	75	9	24	6	163
IPL Relatado	139	43	90	28	148	42	490
IPL Andamento	34	36	13	11	32	10	136
Veículos	40	53	118	20	9	40	280
Armas	1	4	9	1	1	0	16
Munição	6	138	1.260	50	187	0	1.641
Moeda Falsa (valor)	R\$ 0,00	R\$ 301,00	R\$ 1.171,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.472,00
Moeda Estrangeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.250,00	R\$ 0,00	R\$ 4.680,00	R\$ 0,00	R\$ 5.930,00
<b>DELEPAT</b>							
	<b>SR</b>	<b>DRS</b>	<b>PPA</b>	<b>NVI</b>	<b>CRA</b>	<b>TLS</b>	<b>TOTAL</b>
Presos	34	0	2	0	0	2	38
Indiciados	53	3	1	0	0	2	59
IPL Flagrante	4	2	2	0	1	1	10
IPL Portaria	15	1	2	0	0	4	22
IPL Relatados	46	5	1	0	3	8	63
IPL Andamento	16	3	0	0	1	7	27
Veículos	55	0	2	0	0	0	57
Armas	3	0	0	0	0	1	4
Munições	123	0	0	0	0	6	129
Moeda Falsa (valor total)	R\$ 100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100,00
Moeda Estrangeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>GRFIN</b>							
	<b>SR</b>	<b>DRS</b>	<b>PPA</b>	<b>NVI</b>	<b>CRA</b>	<b>TLS</b>	<b>TOTAL</b>
Presos	0	0	0	0	0	0	0
Indiciados	44	0	0	0	0	0	44
IPL Flagrante	0	2	0	0	0	0	2
IPL Portaria	19	3	1	1	0	1	25
IPL Relatados	53	0	0	0	1	1	55
IPL Andamento	81	5	1	1	2	6	96
Veículos	10	0	0	1	0	0	11
Armas	0	0	0	0	0	0	0
Munições	0	0	0	0	0	0	0
Bens Sequestrados	22	0	0	0	0	0	22
Valores Sequestrados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	R\$ 121.250,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 121.250,00

Moeda Falsa (valor total)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Moeda Estrangeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>DELEARM</b>							
	<b>SR</b>	<b>DRS</b>	<b>PPA</b>	<b>NVI</b>	<b>CRA</b>	<b>TLS</b>	<b>TOTAL</b>
Presos	5	7	4	18	4	1	39
Indiciados	26	1	4	2	4	1	38
IPL Flagrante	4	4	3	11	4	1	27
IPL Portaria	9	3	5	5	1	0	23
IPL Relatados	11	7	3	12	6	1	40
IPL Andamento	12	1	0	6	2	1	22
Requerimentos de Porte de Arma	70	14	0	0	0	0	84
Portes Deferidos	6	0	0	0	0	0	6
Portes Indeferidos	64	9	0	0	0	0	73
Porte Funcional	117	0	0	0	0	0	117
Armas Registradas	8.875	81	0	0	0	0	8.956
Armas Apreendidas	526	10	3	9	19	1	568
Armas Devolvidas	411	67	0	0	0	0	478
Veículos	1	1	0	4	0	0	6
Munições	0	2.387	2.631	26.328	385	6	31.737
Moeda Falsa (valor total)	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.100,00
Moeda Estrangeira	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00